

TRADIÇÕES IMAGINÁRIAS NA FOLHINHA DE MARIANA: almanaque epigrafado e temporalidades¹

IMAGINARY TRADITIONS IN THE FOLHINHA DE MARIANA: epigraphic almanac and temporalities

Frederico de Mello B. Tavares²

Paulo Bernardo F. Vaz³

Marcelo Afonso⁴

Resumo: A *Folhinha Eclesiástica da Arquidiocese de Mariana* encarna um imaginário cultural e religioso que perdura no cotidiano mineiro, e de outras regiões brasileiras, integrando, há mais de 150 anos, calendários, previsões meteorológicas, hagiografias e astrologia. Como produto midiático, é simbolicamente motivada por uma tradição que orienta temporalidades e ritmos da vida. Neste artigo, buscamos compreender como a *Folhinha*, ao entrecruzar lógicas de almanaques e escritas epigráficas, mantém seu intuito ordenador e orientador de forma a perpetuar valores e crenças. Percebe-se, ao longo do estudo, que sua longevidade e funcionalidade refletem não apenas a validade de seus conteúdos, mas a legitimação de um imaginário que tensiona historicidades, creditação social e editoração.

Palavras-Chave: *Folhinha de Mariana. Almanaque. Escrita Epigráfica. Temporalidades. Imaginários.*

Abstract: The *Folhinha Eclesiástica of the Archdiocese of Mariana* embodies a cultural and religious imaginary that endures in the daily life of Minas Gerais and other Brazilian regions, integrating, for over 150 years, calendars, weather forecasts, hagiographies, and astrology. As a media product, it is symbolically driven by a tradition that guides the temporalities and rhythms of life. In this article, we aim to understand how the *Folhinha*, by intertwining the logics of almanacs and epigraphic writings, maintains its organizing and guiding purpose in a way that perpetuates values and beliefs. Throughout the study, it becomes evident that its longevity and functionality reflect not only the validity of its contents but also the legitimation of an imaginary that challenges historicities, social credibility, and publishing practices.

Keywords: *Folhinha de Mariana. Almanac. Epigraphic Writings; Temporalities; Imaginaries.*

¹ Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho “Imagem e Imaginários Midiáticos”. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos), e-mail: frederico.tavares@ufop.edu.br.

³ Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Doutor em Comunicação e Educação (Université de Paris XIII), e-mail: paulobvaz@gmail.com.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Bolsista Fapemig, e-mail: marcelo.afonso@aluno.ufop.edu.br.

1. Imaginários em dobras e afixe

Fundado em 20 de dezembro de 1750 por Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana (MG), o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte é o mais antigo de formação do Clero mineiro e uma das primeiras instituições desse perfil no Brasil. A Diocese marianense foi “[...] a primeira a ser erigida no interior do Estado do Brasil” (DUARTE, 2020, p. 289), numa época em que as dioceses eram estratégicas para o colonialismo. Segundo afirma Josimar Duarte, “Aos projetos geopolíticos da Coroa portuguesa somavam-se os interesses da Igreja católica em formar um clero profissional nativo para ministrar os sacramentos aos povos dos territórios ultramarinos” (2020, p. 289). Como casa de ensino público de funcionamento autorizado desde o Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563), sua inspiração era, sob as bênçãos da Coroa e da Igreja, a de formar moral e intelectualmente jovens que contribuiriam para a qualificação da vida social na colônia, dentro de uma lógica moderna, com novos ares pedagógicos.

A criação do Seminário, registrado entre os cinco mais antigos do país, ocorreu dois anos antes de sua fundação, em 1748. De acordo com relato do botânico francês Auguste Saint-Hilaire, de 1822, citado por Duarte (2020, p. 292),

O Seminário de Mariana foi fundado por alguns mineiros ricos que desejavam educar seus filhos, sem precisar enviá-los à Europa. Tinham-se anexado ao patrimônio desse estabelecimento terras e escravos, e nada fora esquecido para fazê-lo digno do fim a que se destinava. Se entre os proprietários de certa idade que habitam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica, se encontram outros tantos homens polidos e com certa instrução, deve-se em grande parte à educação recebida no Seminário de Mariana.

Contígua ao Seminário⁵, ainda no século XVIII, foi construída a residência dos bispos (de várias nomeações: Palácio da Olaria, Chácara da Olaria, Chácara/Palácio Episcopal e Palácio dos Bispos de Mariana), “também conhecida como chácara episcopal” (MAIA, 2009, p. 885), cuja ocupação coincide com a inauguração da casa educacional eclesiástica. Nela, Dom Frei Manuel da Cruz residiu até 1764, quando faleceu. A edificação e todo o seu entorno tiveram grande importância, expandindo-se no século XIX, entre períodos de vacância episcopal e pleno funcionamento. Nesse ínterim, o terreno chegou a ter um amplo e moderno

⁵ Sobre a história do Seminário ver: Selingardi e Tagliavini (2014); Siqueira (2019).

jardim (MAIA, 2009), edificações menores compondo o conjunto arquitetônico e, dentro do palácio principal, abrigou a tipografia da arquidiocese, local de impressão de boletins eclesiásticos e da *Folhinha de Mariana* (MAIA, 2009), cuja primeira impressão data de 1870⁶, sob o comando episcopal de Dom Antônio Ferreira Viçoso (PEREIRA, 2018). Também passou por muitas reformas, todas elas correspondentes às gestões distintas que passaram pelo arcebispado marianense.

Para “[...] inserção no seminário de Mariana, as autoridades eclesiásticas *publicavam editais nas portas de todas as igrejas da Diocese* por um prazo de 30 dias para alistamento paroquial de jovens com idade entre 7 e 20 anos, batizados, filhos de casamentos legítimos e alfabetizados” (DUARTE, 2020, p. 93, grifos nossos). Havia também outros requisitos de ordem mais “econômica”, envolvendo apadrinhamentos, posses, dotes em geral. Os proclames pregados nas igrejas, entretanto, não eram em vão. Faziam parte de uma rede incipiente e ao mesmo tempo aquecida de circulação de impressos, que disputavam e compartilhavam com as tradições oral e escrita um espaço cotidiano de difusão de informações, saberes e crenças.

Ainda que o primeiro periódico de Minas Gerais, *O Compilador Mineiro*, de 20 de outubro de 1823, impresso em Ouro Preto, seja considerado tardio em relação a outras publicações nacionais (MENDES, 2023), ele surge em um contexto de expansão da imprensa no Brasil. Após 1808, data de lançamento do primeiro periódico considerado nacional (BARBOSA, 2013, 2017; MOREL, 2008), diversas publicações pipocaram pelo país. A partir dos anos 1830, na então capital da província de Minas Gerais, “o número de periódicos aumenta e se diversifica” (DRUMMOND, 2023, p. 26).

Esses periódicos passam a conviver com um incipiente “mercado” livreiro, além de outras publicações e impressões avulsas, inclusive religiosas. Como vai lembrar Marialva Barbosa (2017, p. 13), em diálogo com Marco Morel (2005),

O que ocorreu no período de formação do espaço público no Brasil foi a expansão de redes de comunicação, tanto aquelas oriundas das práticas da oralidade, quanto as que se desenvolviam na esteira das novas possibilidades tecnológicas de comunicação. A criação de redes administrativas, de transportes, de mercadorias, de produção e circulação dos impressos, difundindo interesses, ideias, palavras de ordem e propostas de organização e mobilização, é crucial para a formação desses espaços.

⁶ Segundo informa o portal da Gráfica e Editora Dom Viçoso, que publica a *Folhinha* desde o final dos anos 1950, o produto foi “precedida em 1830 pela *Folhinha de Rezas do Bispado de Mariana* que apresentava preces e informações de utilidade pública”.

Em Mariana, segundo Thainá Cunha (2018, p. 24), “[...], primeira vila, primeira capital, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais, a história da imprensa começa com a publicação do primeiro periódico da cidade, o *Estrella Mariannense*”, cuja primeira edição data de 03 de maio de 1830, impresso pela Typografia Patrícia da Universal, em Ouro Preto. “Somente em 14 de abril de 1832, com a instalação da Typografia Mariannense, a impressão [do *Estrella*] passou a se dar em Mariana, onde, sete meses depois, com uma edição extraordinária, o jornal informava o encerramento de suas atividades” (CUNHA, 2018, p. 25). Como vai apontar Priscila Verona (2020, p. 39),

Em fins da década de 1820 e nos primeiros anos da década de 1830, a cidade de Mariana possuía diversas instâncias, como o correio, a tipografia, o gabinete de leitura, a sociedade patriótica e sua biblioteca, os jornais em circulação, as cadeiras públicas de primeiras letras, e de francês [...]. Além de contribuírem para a circulação do escrito, destacavam-se, também, como elementos relacionados à urbanidade.

É nesse contexto, entre a primeira e a segunda metade do século XIX, onde se localiza a publicação da *Folhinha d’algibeira*, de duração anual, que funcionava, como vai dizer Maria Francelina Drummond (2023, p. 26, grifo nosso), “[...] não apenas como calendário, mas como espécie de *almanaque* com outras informações úteis ao cotidiano do cidadão”⁷. Datada de 1831, de tamanho reduzido (9,5 cm x 7 cm) para caber na “algibeira” (pequeno bolso interno às vestimentas) e em formato brochura, “[...] esta *folhinha* é um calendário para 1832 destinado ao uso geral e prático dos habitantes da Província de Minas Gerais” (DRUMMOND, 2023, p. 54, grifo da autora). Em suas páginas está evidente o propósito de ser um “guia cotidiano que socializa o tempo”, “[...] transmitindo o calendário eclesiástico-civil do Império, com datas de gala, apontamentos cívicos, rol de empregados da administração pública da Corte e da Província, uma seção literária e informações específicas de festas religiosas em 3 localidades mineiras: a capital Ouro Preto, a cidade de Mariana e o Arraial do Tejuco” (DRUMMOND, 2023, p. 54).

Em sua tese sobre as “Folhinhas de algibeira”, Ana Paula Pedersoli Pereira (2019) elabora a ideia das Folhinhas (grafadas em maiúsculo), esse produto editorial, como um gênero de publicação. A pesquisa advém de outro estudo, que tinha interesse pela compreensão “[...] de práticas de transmissão e aprendizagem de leitura e escrita que circulavam na socialização

⁷ Segundo Maria Francelina Drummond (2023, p. 54), a *Folhinha d’algibeira* relaciona-se à presença do almanaque na cultura ibérica, “[...] proveniente de fontes arcaicas que dependiam desse ‘livro do tempo’ para orientação da vida”.

familiar vivenciadas por adultos na zona rural” (PEREIRA, 2019, p. 23) mineira entre as décadas de 1950 e 1970. Foi nesse contexto que a autora teve contato com a *Folhinha Eclesiástica de Mariana*. A presença do impresso, na época de interesse da pesquisa já com décadas de circulação, indicava como os “aprendizados da cultura escrita” para além da escola, estavam entrelaçados por “outras instâncias sociais” no ambiente doméstico. Naquela investigação, relata Pereira (2019), todos os sujeitos estudados apontaram o uso de materiais externos à escola nos processos de alfabetização em casa, muito comum na época. A *Folhinha de Mariana* era um importante “[...] instrumento para se ensinar aos filhos os aprendizados das primeiras letras” (p. 23). E seu uso também atendia a outros fins: “[...] seja para conhecimento do regulamento do tempo, ou nome do santo do dia, ou mesmo para obter informações sobre épocas de plantio” (PEREIRA, 2019, p. 23).



FIGURA 1 – Reprodução da *Folhinha de Mariana* (2022)
FONTE – Portal da Arquidiocese de Mariana

A *Folhinha de Mariana*, bem como outras Folhinhas que circularam no Brasil desde o século XIX⁸, encarna um circuito de usos e apropriações complexo, que reverbera sobre culturas educacionais, religiosas, astronômicas, astrológicas, entre outras naturezas simbólicas.

⁸ Jerusa Ferreira (2001) relembra que, no caso do Brasil, “[...] pode-se mesmo falar do aspecto civilizador dos almanaques, do que representaram chegando aos mais diversos sertões, aos povoados mais afastados, e mesmo nas cidades, numa integração de domínios rurais e urbanos, transitando entre classes sociais, exercendo a aproximação efetiva de repertórios” (FERREIRA, 2001, p. 20).

Faz parte de uma rede mais ampla, comunicacional. Habitando o cotidiano e, por isso, moldando maneiras como valores, crenças, imagens, letras e materialidades do impresso se aglutinam e formam imaginários acerca dos saberes e comportamentos comuns. No caso da *Folhinha de Mariana*, em especial, agrega-se um detalhe importante nesse amálgama histórico-cultural: a sua longevidade e, por isso, sua duração. Sua “perseverança”, ainda nos dias de hoje, talvez, seja um indicativo menos da validade de seus conteúdos, mas da legitimação perene de um jogo de valores e imaginários⁹ que ela congrega, cujo espraçamento nas temporalidades sociais tensiona lógicas de sobrevivência e creditação social à cultura do impresso e às maneiras como essa mesma cultura congrega formas de inserção na sociedade, inclusive midiaticamente. É sobre esse contexto que buscamos aqui refletir.

2. Uma duração complexa, impressa e circular

O prefácio da obra “Histórias e leituras de almanaques no Brasil”, de Margareth Brandini Park (1999), assinado por Roger Chartier, começa com uma epígrafe certeira: “Hoje tem bastante livro. É livro pra jardim, é livro de nome, / livro de receita. / Cada um fala de uma coisa. O almanaque não. / Ele tem de tudo. Muita coisa boa pra se / saber usar. Pra passar o tempo também”. O almanaque, assim, nomeia o autor na sequência, é uma espécie de “livro dos livros”. Um produto popular. De um público “[...] formado por muitos leitores que pertencem aos meios pobres e mais humildes da sociedade. O almanaque é um livro destinado a todos e que todos, mesmo os menos letrados ou os analfabetos, podem ‘ler’” (CHARTIER, 1999, p. 9). Trata-se de um “gênero ao mesmo tempo literário e editorial utilizado para difundir textos de natureza extremamente diferente. Daí o sucesso perpetuado de um livro que pode ser, ao mesmo tempo, útil e prazeroso, didático e de devoção, tradicional e ‘esclarecido’” (CHARTIER, 1999, p. 10). Como vai dizer Jacques Le Goff (1992, p. 527) sobre os calendários (o que se transpõe aos almanaques), trata-se de “[...] um campo privilegiado de encontro entre a cultura popular e erudita”¹⁰.

⁹ Acerca do conceito de imaginário estamos em diálogo com as revisões feitas por Magalhães (2016) e Pesavento (1995).

¹⁰ Chartier (1995) problematiza o conceito de cultura popular, discussão que é revisitada por Martha Abreu (2003) e Petrônio Domingues (2011).

Desde o século XVII, os almanaques já vinham marcados por uma diversidade que organiza distintas tipologias e formas de existência: dos simples calendários aos almanaques poéticos e enciclopédicos, passando pela sua materialização também em “Folhinhas”. Segundo Pereira e Frade (2019), as Folhinhas, assim como os almanaques, integram uma literatura de circulação mais ampla, incorporando características materiais de um “livro popular”. Segundo as autoras, essa composição “física” ajuda na compreensão

de que esse tipo de impresso propicia uma leitura múltipla, permitindo ao leitor se apropriar de modo diverso do que está sendo lido. Essa fórmula editorial traz a ideia de “popularização do uso”, não no sentido de vincular o popular à classe social, mas no sentido de uma estratégia editorial que produz um impresso capaz de atingir ampla circulação e com possibilidades de leituras múltiplas, especialmente pelas escolhas gráficas (PEREIRA; FRADE, 2019, p. 3).

Margareth Park (1999), em seu estudo sobre os almanaques farmacêuticos brasileiros, assume a hipótese de “que o calendário representa a ligação estabelecida entre o homem e sua organização de espaço e tempo” (p. 35), sendo que essa relação se fundamenta e se solidifica nos almanaques. Todos os almanaques por ela estudados, referentes a edições do fim do século XIX a finais do século XX, coincidiam em um mesmo tipo de organização: “[...] sempre relacionada ao tempo, à lua, ao mês, podendo estar vinculada ao horóscopo, aos signos, aos calendários agrícola ou não” (p. 35). A *Folhinha de Mariana*, ainda que assuma uma singularidade no formato e agregue elementos outros a essa disposição, principalmente religiosos, encarna essa mesma perspectiva. Segue o viés de “mais que informar”, apresentar um universo no qual o leitor pode adentrar e se apropriar (PARK, 1999). Sem perder de vista a ideia, herdada dos “almanaques urbanos enciclopédicos”, de “[...] mostrar e lembrar que o tempo passa, e os anos se sucedem”, como afirma Mateus Pereira (2009).

De alguma forma, na *Folhinha*, é possível perceber ecos de uma historicidade de publicações que, como vai dizer Mateus Pereira (2009, p. 18, grifos do autor), se encontravam numa encruzilhada de gêneros:

[...] às vezes, *um livro do ano das enciclopédias*, ou seja, um livro que atualizava as informações e fazia um resumo, uma resenha e uma cronologia dos acontecimentos “mais relevantes” do ano que terminava; às vezes, um *manual*, dado que havia conteúdos de divulgação científica e de utilização didática; às vezes, um *anuário estatístico*, porque continha muitos dados e tabelas; às vezes, um *atlas*, dado o conjunto de mapas, gráficos e bandeiras; às vezes, uma publicação *biográfica*; e, às vezes, ainda, uma *enciclopédia*, porque pretendia dar conta “de todo o conhecimento”.

A periodicidade anual da *Folhinha* está cercada de expectativa, seja pela publicação em si, seja por aquilo que ela anuncia. Trata-se de um tipo de produto que se situa – algo muito comum entre os impressos periódicos – na interface entre o informacional e o enciclopédico, lidando com “[...] la permanente tensión entre lo ‘sabido’ – por más lastrado de errores que este dicho saber – y lo ‘por saber’, el tiempo que se vive o que hace y el tiempo venidero” (BOTREL, 2015, p. 221). Como vai afirmar Pereira (2019, p. 29), dialogando com Botrel (2015), “Folhinhas, anuários e almanaques trazem em seu texto um discurso próprio do convencimento, do aconselhamento e, mais do que isso: trazem a noção de guia e de orientação ao leitor”. O intuito desses objetos impressos é o de organizar a vida das pessoas; e seus distintos formatos (de bolso, cartaz, livreto) determinam seus usos pelo público, “ora pela facilidade de manuseio, ora pela síntese das informações – que supõe uma leitura mais ‘fácil’ – e ora também pelos assuntos específicos ou seções que são mais relevantes” (PEREIRA, 2019, p. 29). Em todos eles, o calendário é presença fixa, modulando, principalmente, o tempo religioso e cívico, mas também o tempo subjetivo e da vida prática – do plantio, do corte de cabelo, da colheita, dos cuidados com a saúde, entre outros. Como vai dizer Marcelo Sánchez Delgado em seu estudo sobre o *Almanaque 18*, no Chile, no início do século XX,

Los almanaques serían, y son, uno de los formatos más estables de la producción de textos impresos. Han demostrado una versatilidad y plasticidad temática en torno de tópicos de toda índole, al mismo tiempo que conservaron su utilidad práctica y su relación intrínseca con la predicción, segmentación y administración del tiempo, tan cara a la lógica interna del capitalismo (SÁNCHEZ DELGADO, 2009, p. 64).

De presença forte nas zonas rurais mineiras e nas cidades do interior do estado como um todo, a *Folhinha Mariana* (outra de suas alcunhas), segundo o portal da Gráfica e Editora Dom Viçoso, é “[...] famosa pelo Regulamento do tempo [...] se firmou, no decorrer dos anos, como ‘infalível’ e tem atualmente uma tiragem de cerca de 300 mil exemplares. É conhecida, diz ainda o portal, “em todo o Estado e em outras regiões do País”¹¹. Pela crença na infalibilidade de suas previsões, além de estar atrelada a uma “vontade de futuro”, pelo porvenir que carregam as suas informações, durante décadas legitimadas pelo funcionamento sincrético de seus calendários e variedades culturais, a *Folhinha* constituiu-se como tradição e como hábito adquirido. Sendo, por isso, condensadora material de temporalidades dos imaginários

¹¹ GRÁFICA DOM VIÇOSO. **Folhinha de Mariana**. Disponível em: <www.graficadomvicoso.com.br/folhinha-de-mariana/> Acesso em: 16 fev. 2025.

mineiro e nacional, bem como partícipe da progressão desses mesmos imaginários, adensando a cultura popular.

Uma vez chancelada como “eclesiástica”, a *Folhinha* não apenas oferta(va) dados e informações objetivas, ela anuncia(va) e antevê(via) o funcionamento do tempo: é não apenas um calendário, mas um representante de um sistema de crenças (AZEVEDO; LEMOS, 2017, 2018) validado, que atua sobre o imaginário e na constituição de uma consciência coletiva (DURKHEIM, 1978). Entrecruza, de maneira circular, planejamento e fé, ancestralidade e presentificação: reproduz a si mesma, como anuário ininterrupto, dentro de uma idêntica e repetida identidade editorial, e se renova, indicialmente, pelas marcas do ano novo que ela anuncia. Promove, portanto, de maneira pensada, o funcionamento de sua própria continuidade, sobrepondo imagens, letras, números e imaginários. Sua condição editorial, nesse sentido, joga com uma cultura de consumo e leitura perpassada pelo reconhecimento do objeto *Folhinha* e da legitimidade que sua duração e seu arranjo singular de conteúdos carrega. Como vai afirmar Margareth Park (1999, p. 51), “ler os almanaques populares seria estabelecer sentido entre o que foi ‘lido’, vivido e o que se vive, mas recuperando também as memórias de leitura vivenciadas. Lê-se o conhecido, através de saberes anteriores”. O mesmo vale, podemos dizer, para a *Folhinha*.

A *Folhinha de Mariana*, especialmente, mais que “infalível”, é credível. Faz durar a crença e dela também se alimenta, sem a necessidade de acerto ou comprovação, mas com o compromisso de manter sua periodicidade e preencher o vazio do tempo que ainda virá; graças, também, à sua condição impressa e a tudo o que envolve a sua credibilidade histórica e fiduciária. Um periódico, uma mídia, que fala do local, que adensa as tradições de um território e, mais que isso, que carrega a potência de se espalhar, permitindo uma experiência perene de consumo e apropriação, pois não se abstém de ser universal. O escritor e médico juizforano Pedro Nava, em “Baú de Ossos” (1974, p. 108), escreve:

Qual é de nós, mineiros do centro, que não apoiaria o arcebispo de Mariana? Porque somos Católicos, Apostólicos, Marianos e a encíclica por que nos guiamos não é de Roma e sim a sacratíssima *Folhinha Eclesiástica da Arquidiocese de Mariana*, que tem 100 anos e, mesmo quando anuncia neve para o nosso tropical dezembro, prevalece contra os observatórios porque nela o meteoro é regulado pela benção do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo – Papa de Minas, Vigário do Senhor na terra, Deus Cronos, Deus Fado, cujo nome – Viçoso, Silvério, Helvécio – é venerado em cada parede onde se cola aquele calendário: com sabão, com grude, chapado no muro ou encaixilhado de preto.

Na obra “Balão Cativo” (1977, p. 190, grifo nosso), Nava narra a presença da *Folhinha* nos lares mineiros. Ao lembrar-se da mulher de seu tio-avô materno, o “coronel” Júlio César Pinto Coelho da Cunha, diz o autor: “Percebendo meu interesse e instalada no seu assunto predileto, tia Joaquinha ministrou-me a ducha genealógica até a hora do jantar [...]. No cômodo cheio de litografias piedosas, de palhas bentas, de relíquias e perante a *Folhinha de Mariana* – continuou-me a dar o pão nosso genealógico de cada dia”. Em “Balão Cativo” (1977), como vai recuperar Maria Alice Gabriel (2017, p. 108), Nava nota as expressões do sagrado a objetos e práticas cotidianas, a partir de suas lembranças familiares, sendo a *Folhinha* objeto onipresente:

Com hostilidade ou apreço à instituição religiosa “Católica, Apostólica, Mariana”, o sagrado surge, em *praesentia*, n’ “uma imagem de Cristo. Na carteira”, “na parede um Coração de Jesus”, na “lâmparina de dia e de noite, queimando diante do oratório”, no “Rosário em punho”, nos “oratórios de três faces com o calvário em cima e o presépio embaixo”, nos “registros de santos”, na “sacratíssima *Folhinha* Eclesiástica da Arquidiocese de Mariana”, na “reliquia de Dom Bosco”, “na manjedoura carcomida [...] resto de presépio”, nas atividades mundanas, “entremeando uma mastigada de pão [...] bolo de fubá [...] um gole de xícara [...] com as novidades do dia”

Segundo Walquíria Rosa e Ana Maria Galvão (2021) em pesquisa sobre uma comunidade rural de Minas Gerais, em Ibitaré, nas décadas de 1940 a 1970, a *Folhinha* fazia parte de um universo de impressos extraescolares que complexificavam as formas de aprendizagem frente a saberes tradicionais e práticas de cura, foco da pesquisa. Nesse contexto, como relata uma das mulheres entrevistadas pela pesquisa, Lourdes, “[...] sua família adquiria, todo ano, um exemplar da *Folhinha Mariana*. Esse impresso era utilizado como um instrumento para ter acesso a informações sobre o tempo, as fases da lua [...] e alguns cuidados com a saúde” (ROSA; GALVÃO, 2021, p. 32). Em depoimento a um dos pesquisadores do presente artigo, Carmelita, de 82 anos, moradora de Divinópolis (MG) relembra:

Lá em casa tinha a *Folhinha de Mariana* pregada atrás da porta. Eles [seus avós] consultavam a previsão do tempo, que era ali trazida para todos os meses – se ia chover, quando é que ia chover. Até para plantar os avós olhavam a *Folhinha de Mariana*. A lua, as fases da lua, consultavam muito. A vovó a consultava até para cortar o cabelo das meninas, tinha de ser na lua nova, “a nova era a lua que afina o cabelo” ela dizia; a lua nova era a lua mais forte para ela. Então, a *Folhinha de Mariana* lá em casa não caía no chão. Até há pouco tempo eu comprava também na “Casa do Fazendeiro”. Só que ela não ficava atrás da porta. Ela ficava dobrada na gaveta, mas quando eu marcava uma viagem de férias, eu corria para consultar a previsão do tempo.

A *Folhinha*, tal qual seus e suas congêneres, carrega consigo uma dinâmica de consulta, de idas e vindas àquilo que ela oferece: “[...] o tempo controlado pelo calendário contorna os fantasmas da finitude do homem e a circularidade que se apaga, dissimula-se no tempo circular. [...] Simula-se, dissimula-se. O tempo é simulacro. Fingimento de uma presença ausente. Tempo intuitivo, desordenado: duração” (CASA NOVA, 1996, p. 12). Como objeto convergente de um conjunto de imaginários, a *Folhinha* performa-se tal qual um arquivo longo e pontualmente renovado, “vertical” ou dobrável, cujo hermetismo se põe subsumido a uma lógica pragmática, de reconhecimento de símbolos e saberes.

No lugar de sua “origem”, o Seminário da Boa Morte, ainda no século XVIII, circulava um calendário “de mercado”, que coincidia paralelamente com o “calendário ritual”, “adequado às principais passagens bíblicas” (DUARTE, 2020, p. 308) e às principais festas litúrgicas. Este calendário secular, “adequado às estações do ano e às atividades agrícolas da capitania” (DUARTE, 2020, p. 306-307), foi pensado pelo padre jesuíta Manuel Tavares, reitor do Seminário, “considerando o período de intensas chuvas, o plantio de grãos e o abate de animais para que, nos períodos de chuvas e de baixa no estoque de alimentos do seminário, os alunos internos estivessem em férias com a família” (DUARTE, 2020, p. 307). A *Folhinha*, segundo o Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho, foi fundada por Dom Silvério Gomes Pimenta para ser uma substituta aos calendários “por vezes, um tanto licenciosos”. “Foi precedida em 1830 pela *Folhinha de Rezas do Bispado de Mariana* que apresentava preces e informações de utilidade pública”¹². Tendo como precedentes da *Folhinha de Mariana*, as *Folhinhas de Algibeira* já bastante difundidas no Brasil, além de outros calendários.

3. A boa, veraz, singela e insubstituível *Folhinha de Mariana*¹³

*Assim as semanas, assim os meses, assim os anos.
E choviam almanaques,*

¹² Depoimento presente no folheto de divulgação comercial da Editora Dom Viçoso: “*Folhinha de Mariana*: 155 anos nos lares do Brasil”, distribuído em 2024.

¹³ O título desta seção faz referência à crônica “A boa folhinha”, de Carlos Drummond de Andrade, publicada no *Jornal do Brasil* em 27 de dezembro de 1973 – o poeta mineiro colaborou regularmente com o *JB* entre 1969 e 1984, período que marcou o encerramento de sua carreira jornalística (NUNES, 1995). A crônica reflete sobre a passagem do tempo e a jornada humana, propondo uma visão de vida simples, com foco nas virtudes e valores cristãos. A “boa folhinha”, mencionada no título, simboliza a orientação diária, destacando os dias de penitência e as “breves” e “variadas” companhias dos santos e santas de cada dia. A crônica revela um exercício atento às minúcias do cotidiano do poeta, representativo de sua observação e tradução do mundo ao redor.

*muitos deles entremeados e adornados de figuras,
versos, de contos, de anedotas, de mil coisas recreativas.
E choviam. E chovem. E não de chover almanques.
O Tempo os imprime, Esperança os brocha; é toda a oficina da vida.*
(Machado de Assis, Como se inventaram os almanques)

Algumas décadas após o surgimento da *Folhinha de Mariana*, os brasileiros conheceram alguns almanques, tais como o *Almanaque do Pensamento* (desde 1912 até os dias atuais)¹⁴, do *Correio da Manhã* (1912-1961)¹⁵, *Eu Sei Tudo* (1917-1958)¹⁶, *Biotônico Fontoura* (1920-1959) e o *da Saúde da Mulher* (1925-1949)¹⁷, entre outros, tal qual elencado por Margareth Park (1999).

Qual é o propósito editorial desses tão consumidos guias anuais? O que apresentam em suas edições periódicas, renovadas a cada dia primeiro do ano novo, do qual o leitor fiel não costuma(va) abrir mão? Qual era esse público leitor-consumidor, aliás? Responde Casa Nova (1996): o almanaque se apresenta(va) como uma “semiologia do tempo”, que além de compassar a vida cotidiana, passou a ser “um grande mediador da oposição entre a vida e a morte”, representando a partir de sua função/signo calendário a efemeridade da existência humana. Ao organizar o saber de maneira fragmentada, oferecendo informações de forma resumida e acessível, muitas vezes tiradas de fontes oficiais, o almanaque funda também seu público-alvo. Formado, principalmente, por classes populares tanto urbanas quanto rurais, que buscavam ali uma pequena enciclopédia com conhecimentos práticos e condensados, mas sempre relacionados ao poder e ao controle sobre o tempo e as coisas. Um produto cultural, portanto, que reforça uma visão de mundo ligada à transitoriedade e ao poder.

Como “representação do tempo”, os leitores destes guias anuais os conservam como livros de cabeceira, para consultas periódicas: dia a dia, mês a mês, durante todo o ano da edição. Para Casa Nova (1996), ao apresentar ao leitor “a medida do tempo”, o almanaque oferece os meios para a sua dominação, o controle das “datas de festas sagradas ou profanas,

¹⁴ Na capa de sua última edição, lê-se: “Almanaque do Pensamento. 113º ano. Guia Astrológico para 2025. Previsões. Horóscopo chinês. Numerologia. Guia Astral para o dia a dia”. É publicado pela Editora Pensamento Cultrix, de São Paulo (SP).

¹⁵ Foi editado e distribuído pelo jornal homônimo, do Rio de Janeiro (RJ), desde 1912 até 1961.

¹⁶ Foi editado mensalmente no Brasil desde 1917 até 1958, pela *Companhia Editora Americana*, do Rio de Janeiro (RJ).

¹⁷ O *Almanaque Biotônico Fontoura* (1920-1959) e o *Almanaque d'A Saúde da Mulher* (1925 a 1949) foram objeto de pesquisa doutoral de Vera Casa Nova (UFRJ, 1990).

dia de santo ou de mártir. Sacros e profanos poderes. Religiosidade e civilidade mantenedoras da Ordem” (p. 141).

A *Folhinha de Mariana* expõe os meios para a dominação do tempo em um quadro amplo, que ocupa a maior parte de sua área impressa. Seu formato é de 64 cm x 46 cm. Seu projeto gráfico segue um estilo austero, essencialmente tipográfico e consistente, imutável ao longo de sua história. O *grid* é formado por dez colunas, com toda a área impressa cercada por um fio duplo, tradicional recurso usado por jornais diários no século XIX.

Permeando a tradicional divisão dos meses estão as informações que se alinham aos valores e crenças da Igreja: os nomes dos santos comemorados a cada dia; o registro das datas de falecimento dos principais (arce)bispos de Mariana; as festas cívicas brasileiras e até mesmo as profanas, como o Carnaval. E ainda, as fases da lua, com a indicação exata dos dias e horários de sua ascensão no céu.

Casa Nova (1996) aponta a relevância dos ciclos lunares nas informações fornecidas por Almanques: a lua, como elemento simbólico dentro da estrutura da “tela-almanaque”, está intimamente associada “ao ritmo que a natureza orchestra”. Da fecundidade das mulheres às orientações das atividades agrícolas. Ciclos que estão imbricados nas relações entre vida e morte, como mencionado, refletindo uma visão de mundo onde todos os elementos da natureza se interconectam e são imitados, de modo a serem dominados, pela linguagem humana. O calendário – especialmente a *Folhinha de Mariana* – desempenha um papel importante na construção de um universo pretensamente ordenado, modelando as respostas necessárias para estabelecer essa ordem.

Marcando a exceção para a prevalência tipográfica de seu projeto editorial, logo acima da divisão tradicional dos meses do calendário estão representadas todas as doze constelações do zodíaco. Ainda que a presença desses clichês, como mostra a FIGURA 2 abaixo, possam causar estranheza, a persistência da astrologia e outros elementos ditos “pagãos” nas igrejas católicas, especialmente nas pinturas e outras expressões, como nesta *Folhinha*, é objeto de estudo nos campos da História, da Arte e da Religião, dada a complexidade dos contextos culturais e temporais envolvidos (MAGNANI, 2022, p. 25).

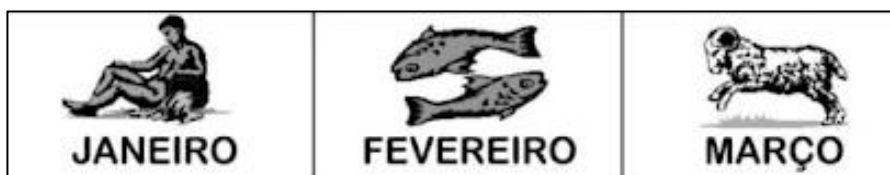


FIGURA 2 – Detalhes dos clichês tipográficos das constelações do zodíaco.
FONTE – Portal da Arquidiocese de Mariana.

Segundo a historiadora da arte Maria Magnani (2022), no momento histórico que marca a ascensão do cristianismo no ocidente, as questões divinatórias e astrológicas continuaram a figurar como parte do imaginário coletivo. Tecendo diálogos com Aby Warburg (1866-1929), que tematizou “o ressurgimento do paganismo no renascimento italiano”, a conquista cristã não poderia suprir sozinha a necessidade humana de encontrar sentido e controle diante das incertezas daquela nova experiência. Assim, a apropriação desses símbolos se torna um mecanismo tanto de afiliação quanto de enfrentamento. Oferecendo formas de compreensão e domínio sobre um futuro que, sem essas representações, se mostraria apenas como ameaçador.

No site da Gráfica Dom Viçoso, a presença dos símbolos astrológicos para identificação dos meses do ano na *Folhinha Eclesiástica* é justificada a partir do apagamento dos vestígios de antigas crenças pagãs durante o processo de reinterpretação desses elementos pela antiga arte cristã. Um processo que se tornou, ele próprio, um reflexo da vitória de Cristo sobre o paganismo. De acordo com o “novo simbolismo cristão”:

[...] o verdadeiro Aquário (Janeiro) consiste nas águas do Batismo nas quais Jesus mergulha os judeus e pagãos por Ele salvos e representados pelos dois Peixes (Fevereiro). O Carneiro (Março) e o Touro (Abril) eram oferecidos em sacrifício no Antigo Testamento e recordam o sacrifício de Cristo, o Cordeiro de Deus. Os Gêmeos (Maio) simbolizam os dois testamentos da Bíblia. Câncer (Junho) designa a concentração dos sete pecados capitais que cada cristão deverá vencer, fortalecido pelo poder do Cristo Ressuscitado retratado como Leão (Julho). A Virgem (Agosto) precede a Balança (Setembro) porque Maria Santíssima gerou o Filho de Deus, aquele reestabelece a verdadeira justiça e vence definitivamente o Mal representado pelo Escorpião (Outubro) com suas tentações simbolizadas nas flechas do Sagitário (Novembro) e seus ataques, figurados nas astúcias do Capricórnio (Dezembro) (GRÁFICA E EDITORA DOM VIÇOSO, online).

Enquanto a arte sacra concretiza seu escopo primeiro de se “[...] agarrar e sobrepujar a vida, se distanciar do imediatismo construindo um objeto de representação mental ou visual”, o “intuito primário” da astrologia permanece, permitindo aos novos cristãos “[...] orientar-se no mundo aterrorizante e dominar o futuro individual e coletivo” (MAGNANI, 2022, p. 40).

Tudo isso dentro de um ordenamento claro, pois, afinal, a palavra impressa nesta *Folhinha* é a palavra da maior autoridade eclesiástica, o primaz de Minas Gerais.

Considerando, enfim, a materialidade da *Folhinha de Mariana* e sua periodicidade anual, que renova sua escrita a cada ano, mantendo-a viva a partir dos usos que seus leitores-fieis assumem – sabendo o que mudou e o que permanece o mesmo nas novas edições, reconhecendo isso como parte do seu contrato de leitura –, compreende-se que esse conjunto de elementos revela como esse *meio*¹⁸ se insere em um vasto processo de transição cultural e religiosa. Desde as constelações zodiacais reinterpretadas até as considerações da Igreja para o bem-viver, onde o controle sobre o tempo e a natureza se imbricam com uma visão espiritual e ordenadora do mundo, a *Folhinha* demonstra o poder da tradição impressa em estabelecer, a partir da construção de uma cosmologia cristã, um imaginário coletivo que acerca o município de Mariana, e a identidade marianense. Atrelando as duas imagens, da cidade e do *ser marianense*, à relevância social e política da (arqui)diocese no passado.

Sendo a mais antiga dentre os almanaques brasileiros citados há pouco, a *Folhinha de Mariana* oferece as informações demandadas pelo usuário, apresentando-as na face de uma folha de papel jornal impressa em preto, adequada para ser afixada na parede ou em uma das portas da casa. Dali, na altura dos olhos do leitor, apregoa silenciosamente o que e quando deve fazer, qual nome deve batizar a/o filha/o que nasceu naquela data. Vertical e “autoritariamente”, a *Folhinha* é exibida desde o primeiro dia de janeiro até o 31 de dezembro de cada ano, quando é, enfim, substituída pela do ano novo. Sua função é a de transcender os limites de sua materialidade e tornar-se um *almanaque imaterial*, cuja presença e influência vão além de suas edições físicas.

4. Um almanaque imaterial

Almanaques centenários tradicionais e a tradicionalíssima *Folhinha Eclesiástica da Arquidiocese de Mariana* se coadunam em muitos de seus propósitos – que supomos serem os principais, os de maior valia/busca de seus usuários, considerando-se a função de ordenamento

¹⁸ Por ora, essa pesquisa ainda está a ser realizada nos anais de Congressos e em outras publicações especializadas. No entanto, no repositório de teses e dissertações da Capes, não há nenhum estudo proveniente das áreas de Comunicação ou Jornalismo que trate a *Folhinha de Mariana* como objeto de estudo. Ela aparece, principalmente, em pesquisas de áreas como História, Educação e Letras.

desta última, em detrimento das prescrições religiosas. Então, aqui nos perguntamos: porque a *Folhinha de Mariana* não tem, nunca teve e nem terá a pretensão de ser um almanaque? O que a configura como uma Folhinha – diferentes de muitas outras, que apresentam os doze meses encimados pela reprodução de uma paisagem, ou modelo fotográfico, ou o volumoso e pequeno bloco com todos os dias do ano destacáveis, encimados pela reprodução do Sagrado Coração de Jesus ou de Nossa Senhora de Nazaré? Qual é a informação escrita que permanece de pé na *Folhinha de Mariana* pela vida afora?

Tais questões nos aproximam de uma “pista” apresentada pelo pesquisador Jacyntho Lins Brandão, professor emérito da UFMG¹⁹ sobre as características da escrita epigráfica. Em suas lógicas editoriais, feita para ser afixada, a *Folhinha de Mariana* insere num rol mais amplo de tradições e ancestralidade, que permitem pensa-la, singularmente, como um “almanaque epigrafado”. Francisco Isoldi (1952, p. 89) diz que a

Epigrafia tem por objeto o estudo, decifração e interpretação das inscrições antigas. Estas inscrições encontram-se sobre material variadíssimo: em metal, argila etc. Numerosíssimas são as inscrições sobre lápides, pedras sepulcrais, aras votivas, bases de estátuas, ou sobre monumentos arquitetônicos de toda espécie. Para a leitura certa e interpretação exata das epígrafes, são necessários diversos conhecimentos: língua, história, geografia, enfim variada erudição. Não cabe ao epigrafista julgar o conteúdo da epígrafe, nem usá-la por dedução histórica ou de outra espécie.

A partir do que diz Isoldi (1952), pensar a associação “*Folhinha de Mariana*/escrita epigráfica” condiz como uma série de questões que complexificam sua “arte” sincrética na junção de imaginários e na atuação sobre eles, bem como sua própria identidade – editorial e autorreferente. Nesse sentido, destacamos para alguns aspectos da *Folhinha*: a) sua forma de apresentação, afixada em paredes ou portas, para leitura em sua face (o verso jamais é impresso); b) a *Folhinha* oferece informações duradouras (embora de prazo estipulado: um ano); c) apesar da pouca durabilidade do suporte (papel jornal, 56g, de baixa qualidade) sua substituição pela nova edição no último dia de cada ano, eterniza sua duração, e por longos anos consecutivos, a *Folhinha* permanece como uma constante aos olhos de seus leitores; d) quanto à antiguidade das “inscrições”, deve ser considerada a imutabilidade de seu design gráfico, cuja tipografia e ilustrações compõem o conjunto de informações ali impressas desde 1870, mudando o que tem de ser mudado de acordo com o Lunário Perpétuo, principal fonte

¹⁹ No *I Colóquio Compilações Contemporâneas*, realizado em Ouro Preto, em dezembro de 2024, na UFOP/Museu da Inconfidência/Fórum das Letras.

de informações dos produtores da *Folhinha*; e) a *Folhinha* se oferece aos seus leitores para “leitura certa e interpretação exata” das epígrafes; f) contrariamente ao que descreve Isoldi quanto à escrita epigráfica, esta “adaptação epigráfica” que se vê na *Folhinha de Mariana* não demanda nenhuma erudição de seus leitores; apenas o conhecimento linguístico de Português, tendo aprendido previamente “as primeiras letras” (processo de alfabetização básico); g) finalmente, quanto ao julgamento ou não do conteúdo da epígrafe, se Isoldi diz que não cabe ao leitor “usá-la por dedução histórica ou de outra espécie”, podemos afirmar que no caso da *Folhinha de Mariana*, ocorre o contrário. Ela é disponibilizada aos seus fidelizados – e fiéis – consumidores exatamente para ser usada por dedução histórica, geográfica, meteorológica, religiosa e social e de outras espécies, recorrendo ao imenso potencial de seu imaginário.

Retornamos à erudição de Vera Casa Nova (1996, p. 142), para adaptarmos para a *Folhinha de Mariana*, sua sintética e precisa definição das informações descritas “Lições de Almanaque”, que nós, aqui, denominaríamos como “almanaque epigrafado”: “Metonímica do saber fracionado, frágil, efêmero. [...] *Aide-mémoire* do conhecimento [...] Criação, invenção, vida. Tempo ordinário, cíclico, mítico; tempo sagrado e profano. Almanaque de todos os tempos. Tempo de vida, tempo de morte”. A longevidade da *Folhinha* inclui o seu consumo nos atos da passagem e da retenção, como acontece comumente com os escritos epigráficos espalhados pelo cotidiano – nas ruas, nas lápides, nos edifícios e casas. Mais que isso, relaciona-se com a sua materialidade, que evoca testemunho sobre o tempo e para o tempo, constituindo-se, ela mesma, desde a sua materialidade “em duração”, um patrimônio imaterial²⁰. Sua funcionalidade agrega-se à sua dimensão cultural, organizando não apenas o tempo meteorológico, astral, litúrgico, como o próprio tempo geracional que a envolve indicando uma alteridade (PELEGRINI; FUNARI, 2006), pela ininterrupta apropriação dos consumidores-fiéis, que caminham junto com a sua periodicidade e seus predicados midiático-relacionais.

²⁰ Segundo o IPHAN (2012, p. 01), “o Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

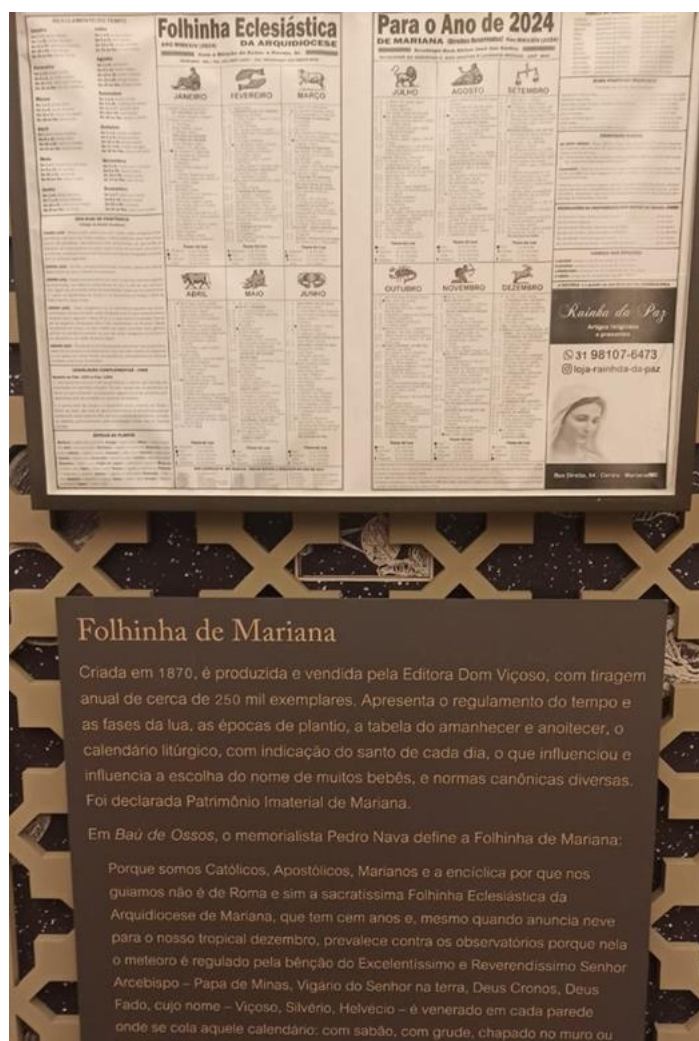


FIGURA 3 – *Folhinha de Mariana* (2024) no Museu de Mariana (Mariana, MG).
FONTE – foto dos autores.

Como vai afirmar Danilo Julião (2020, 406), para que uma escrita seja considerada epigráfica, “[...] são necessárias algumas características: ela precisa estar adequada a um estilo lapidar e conciso e, além disso, possuir a capacidade de estabelecer uma comunicação com diversos leitores, tanto da geração contemporânea à inscrição quanto das gerações futuras à mesma”. Nesse sentido, como vai dizer o autor recuperando Jacques Le Goff, “a inscrição epigráfica carrega um aspecto histórico ou cultural, funcionando como um aviso, lembrete ou celebração, potencializado pela construção ou monumento em que ela se encontra. Embora a inscrição epigráfica esteja ligada à escrita, não se deve descartar aquelas representadas pela linguagem não-verbal” (JULIÃO, 2020, p. 406-407).

No caso da *Folhinha*, seguindo a perspectiva da escrita epigráfica como feita para perdurar (JULIÃO, 2020), a partir de inscrição perene em superfície também durável, a continuidade temporal não está na fragilidade do papel que lhe dá corpo, mas no fato de que, anualmente, esse mesmo papel se renova sem deixar de ser ele mesmo; como se à fragilidade do seu suporte se modificasse no somatório das folhas invisíveis, hoje 155, que se avolumam e a adensam de simbolismo. No Museu de Mariana, localizado na praça principal da cidade que foi a primeira capital de Minas Gerais, no conjunto tombado do Centro Histórico, a *Folhinha* afixada na parede, exposta e renovada, anualmente, faz menção ao seu passado tanto pelos dizeres da curadoria museológica quanto pela memória que ela encarna, revestida de sentidos e – como defendemos aqui –, de lógicas midiáticas que envolvem o circuito comunicacional que ela abrange.

Carlos Drummond de Andrade (2017), no poema “Ordem”, refletindo sobre o tempo, também fala da *Folhinha*, em tom nostálgico e reconhecedor de suas funcionalidades e identidade impressa: “Quando a folhinha de Mariana / exata informativa santificada / regulava o tempo, as colheitas, / os casamentos e até a hora de morrer, / o mundo era mais inteligível, / pairava certa graça no viver. / Hoje, quem é que pode?”. A presença sesquicentenária da *Folhinha*, subverte, talvez, os versos do poeta. Sua duração não apenas cronológica e religiosa, mas também das lógicas midiáticas que ela incorpora, ainda que não deem conta da melancolia do mundo e do tempo, não nos deixa esquecer que sua reunião ancestral e atual de materialidades e imaterialidades habita o cotidiano e nos permite, também, nele habitar.

Referências

ABREU, Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.

ANDRADE, Carlos Drummond. Ordem. In: ANDRADE, Carlos Drummond. **Boitempo**: esquecer para lembrar. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 64.

AZEVEDO, Gilson X.; LEMOS, Carolina Teles. Sistema de crenças: uma conceituação. **PROTESTANTISMO EM REVISTA**, v. 43, p. 237, 2018.

BARBOSA, Marialva. **Os manuscritos do Brasil**: uma rede de textos no longo século XIX. Niterói: Editora UFF, 2017.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOTREL, Jean-François Verdades de almanaque: de la evidencia al discurso de la pedagogía en los almanaques españoles (1799-1933). In: HIBBS, Solange, FILLIÈRE Carole. **Los discursos de la ciencia y de la literatura en España (1875-1906)**. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, 2015.

CARVALHO; Rosana Areal de.; LIMA, Gabriela Pereira da Cunha. Educação nos tempos de chumbo: uma visão do pensamento conservador católico através das páginas do jornal “O Arquidiocesano”. In: **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009. p. 1-8.

CASA NOVA, Vera. **Lições de Almanaque**: um estudo semiótico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CHARTIER, Roger. Introdução – O Livro dos Livros. In: PARK, Margareth B. **Histórias e Leituras de Almanques no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras – Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 9-13.

CHARTIER, Roger, “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, n.16, p. 179-180, 1995.

CUNHA, Thainá Teixeira. **Um olhar sobre os negros**: a reprodução de estereótipos e estigmas sociais no jornal Estrella Mariannense. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. **História** v.30, n.2, p. 401-419, ago/dez 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/TX6Cn5qhr85zFwnKbkpBZtK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jan. 2025.
DRUMMOND, Maria Francelina. **Imprensa de Ouro Preto no século XIX**. Ouro Preto: Editora Liberdade, 2023.

DUARTE, Josimar F. Formação eclesiástica no Seminário de Mariana Setecentista. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, v. 19, n. 37, p. 288-312, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9321> Acesso em: 12 jan. 2025.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**, L. I , cap. 2. Col. Grandes Cientistas Sociais, 1978.

FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYER, Marlyse. **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 19-22.

GABRIEL, Maria Alice R. Vivendo na alma: o sagrado nas Memórias de Pedro Nava. **VERBO DE MINAS**, v. 18, p. 96-110, 2017.

GRÁFICA DOM VIÇOSO. **Por que o Zodíaco na Folhinha Eclesiástica de Mariana?** Disponível em: <https://www.graficadomvicoso.com.br/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ISOLDI, Francisco. A epigrafia. Síntese geral. **Revista de História**. v. 4 n. 9, p. 89 – 105, 1952. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35042> Acesso em: 02 fev. 2025.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial, 2012.

JULIÃO, Danilo Oliveira Nascimento. Algumas considerações sobre a presença da epigrafia em latim no Rio de Janeiro. **Revista LaborHistórico**, v. 6 n. 2, p. 402-426, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/32307/22156> Acesso em: 10 jan. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

MAGALHÃES, Wallace L. O imaginário social como um campo de disputas. **Albuquerque**, v. 8, n. 16, p. 92-110, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2164> Acesso em: 09 fev. 2025.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. As representações da astrologia no mundo cristão. **Perspectiva Pictorum**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 24-45, 2022.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 16, p. 881-902, 2009.

MENDES, Jairo F. **Minas impressas**: os tardios jornais mineiros. Belo Horizonte: Literíssima, 2023.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). São Paulo: HUCITEC, 2005.

NAVA, Pedro. **Balão Cativo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

NUNES, Valentina da Silva. **A produção jornalística de Carlos Drummond de Andrade no Jornal do Brasil (1969-1984)**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira / Teoria Literária). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

PARK, Margareth B. **Histórias e Leituras de Almanques no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras – Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

PELEGRI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Ana Paula Pedersoli. **Folhinhas de Algibeira do século XIX**: um estudo da forma, função e conteúdo. Tese [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

PEREIRA, Ana Paula Pedersoli; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Folhinhas de Algibeira do século XIX: suas tipologias e os possíveis leitores. In: **Anais da 39ª Reunião Nacional da ANPED**, 2019. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_20. Acesso em: 12 jan. 2025.

PEREIRA, João Paulo R. O ENSINO NO SEMINÁRIO DE MARIANA DURANTE O PERÍODO DE DOM ANTONIO FERREIRA VIÇOSO (1844-1875). **Saberes Interdisciplinares**, v. 11, n. 22, p. 67-78, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.2021/saberesinterdisciplinares.v11i22.188> Acesso em: 10 jan. 2025.

PEREIRA, Mateus Henrique de F. **Máquina da Memória – Almanaque Abril**: o tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru: EDUSC, 2009.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, no. 29, 1995, p. 9 – 27. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3042> Acesso em: 11 fev. 2025.

ROSA, Walquíria M.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas de cura, saberes tradicionais e conhecimentos escolares: um estudo sobre uma comunidade rural de Minas Gerais (1940-1970). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 102, n. 260, p. 23-42, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4445> Acesso em: 10 fev. 2025.

SÁNCHEZ DELGADO, Marcelo Javier. **DE LA BOTICA A SU HOGAR**: EL ALMANAQUE 18 DE 1921 A 1931 DIEZ AÑOS DE DIFUSIÓN DEL DARWINISMO Y LA EUGENESIA EN LA LITERATURA POPULAR CHILENA. Dissertação [Doutorado em História] – Departamento de Ciencias Históricas de la Facultad de Filosofía y Humanidades, la Universidad de Chile, 2009.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais 1750-1850. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 57, p. 230–267, 2014. DOI: 10.20396/rho.v14i57.8640414. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640414> Acesso em: 16 fev. 2025.

SIQUEIRA, Anna Karolina Vilela. Seminário de Mariana: Educação católica e formação sacerdotal (1820-1835). **Temporalidades** – Revista de História, Edição 30, v. 11, n. 2, p. 253-273, Mai./Ago., 2019.

VERONA, Priscila S. B. **A imprensa como instância educativa em Mariana, Minas Gerais, na primeira metade dos Oitocentos**: estratégias da escrita. Tese [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.